

GOVERNO

Lula desiste de novas mudanças em decreto

Para ele, com a Comissão da Verdade foi sanado o maior problema do Programa de Direitos Humanos

João Domingos
BRASÍLIA

Mesmo pressionado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende resistir e não fazer mais mudanças no decreto do Programa Nacional dos Direitos Humanos, informou sua assessoria. Ele decidiu que, apesar da reação da Igreja, por causa do aborto e casamento homossexual; dos meios de comunicação, que entendem ser o texto favorável à censura e ao controle do conteúdo; e do setor agrícola, que repudia o item relativo à desocupação de terras invadidas, por enquanto o decreto fica como está.

Segundo um assessor, o presidente considera que o maior problema já foi sanado – a divergência entre grupos de defensores dos direitos humanos e o Ministério da Defesa e as Forças Armadas, por causa da possibilidade de revisão da Lei da Anistia. Como Lula recuou, mudou o texto e determinou criação de grupo de trabalho com a participação da Casa Civil, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Secretaria dos Direitos Humanos para formular o anteprojeto de lei da Comissão da Verdade, a questão está resolvida, no entendimento de Lula.

Quanto à restrição da liberdade de imprensa e do controle da

UDR diz que reagirá por 'todos os meios lícitos' a invasões

Os produtores rurais vão usar "todos os meios lícitos" para impedir as invasões de terras, caso seja aprovado como está o Programa Nacional de Direitos Humanos. "O dispositivo que prevê audiência com os próprios invasores antes da concessão da liminar de reintegração de posse é uma aberração", afirmou o presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia. Segundo ele, há disposição entre os fazendeiros de contratar empresas de segurança com licença para portar armas. "É direito do cidadão defender sua integridade e seu patrimônio." ●

mídia, Lula deixou recado com a assessoria: "Não brinco com esse assunto. Para mim, não existe democracia sem liberdade de imprensa. O decreto não propõe controle sobre nenhuma mídia. Se propõe que sejam apurados os abusos contra os direitos humanos, caberá aos órgãos responsáveis verificar o que está ocorrendo, como é hoje."

As entidades representativas dos meios de comunicação, porém, entendem que há sim tenta-

tiva de restringir a liberdade de imprensa. Para o consultor jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Rodolfo Machado Moura, o Programa de Direitos Humanos tem "ilegalidades". Moura lembrou que o texto institui "critérios editoriais para criar um ranking de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de direitos humanos", além de mudanças nas concessões de rádio e TV.

Segundo assessores, Lula avalia que o decreto não se aplica por si só. Se houver necessidade de criar um projeto de lei ou um decreto para que algum indicativo seja cumprido, as partes resolverão as divergências.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que se contrapôs às críticas do colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, e defendeu o texto – com audiência entre os que ocupam terras antes da reintegração de posse – reuniu-se ontem com Lula. Ele não fez comentários sobre os desaccordos em torno do decreto. De acordo com suas assessorias, Lula e Cassel trataram da renegociação da dívida dos pequenos agricultores. ●



CELSON JUNIOR/AE-13/10/2009

CONFRONTO – Cassel se contrapõe a Stephanes e defende programa

Entidades apoiam plano e pedem saída de ministros

Lucas de Abreu Mala

Dezenas de entidades protocolaram ontem à tarde, no escritório da Presidência em São Paulo, uma carta de apoio ao Programa Nacional de Direitos Humanos. O grupo, que reúne de organizações de defesa dos direitos humanos a sindicatos, ainda pediu a saída dos ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, críticos do plano.

No texto, que seguiu para Brasília pouco depois, as entidades declaram que o programa "é um importante passo" para que o Estado assumira a bandeira dos direitos humanos. As críticas, de acordo com a carta, "estão cheias de conhecidas motivações conservadoras".

A declaração manifesta ainda "apoio integral" ao secretário especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. À noite, as organizações promoveram um encontro no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, "em defesa da democracia, dos direitos

humanos e da verdade".

A carta foi assinada por entidades como a CUT e o Grupo Tortura Nunca Mais. Cerca de 100 pessoas se reuniram em frente da representação da Presidência para entregá-la. Carregavam cartazes com palavras de ordem e pediam a saída de Jobim.

A cobrança já constava do documento: "Se alguém tem de deixar o governo, são aqueles ministros – entre os quais o da Defesa, senhor Jobim, e o da Agricultura, senhor Stephanes – que, de forma oportunista e antidemocrática, vêm contribuindo para gerar as reações negativas e conservadoras."

O texto diz que o plano de direitos humanos representa a vontade da sociedade civil, foi amplamente discutido e esteve disponível para consulta por seis meses. "Nenhuma instância do governo pode alegar ter conhecido esse programa depois do ato do seu lançamento público no dia 21 de dezembro e, menos ainda, afirmar que o assinou sem haver lido." ●